

ADALTO CRUZ



Cerca de 250 trabalhadores rurais fizeram, ontem, uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto

Trabalho escravo explora 60 mil pessoas no Brasil

Enganados por propostas de ganhar muito dinheiro, crianças, trabalhadores rurais e índios acabam sendo utilizados como mão-de-obra barata em fazendas no interior do País, em condições parecidas com as de escravos. A conclusão é da subcomissão de Trabalho Escravo e Condições de Trabalho, da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. "O trabalho escravo ou forçado é uma realidade no Brasil", diz o relatório final da subcomissão, divulgado ontem. As estimativas são de que até 60 mil trabalhadores são submetidos todos os anos a este tipo de trabalho.

O documento aponta o pouco interesse que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além da sociedade, têm no combate à situação e sugere a criação de uma CPI para investigar o trabalho escravo caso não haja solução

apresentou propostas de combate ao problema, como o fim de incentivos fiscais dos bancos oficiais a empresas e a desapropriação de terras onde for comprovado trabalho escravo ou forçado.

A subcomissão fará um projeto de lei, elaborado a partir de propostas da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), no qual serão previstas punições de detenção aos que mantenham trabalhadores em regime de semi-escravidão.

São quatro as principais modalidades de trabalho escravo: zonas de expansão agrícola (onde trabalhadores são mantidos sob vigilância de "gatos" e pistoleiros); usinas de álcool e açúcar (que utilizam mão-de-obra escrava de outros estados na época do corte de cana, alojando-os em péssimas condições), corte de madeira e

Os integrantes da subcomissão visitaram fazendas de carvoaria e usinas de álcool de Mato Grosso do Sul, onde encontraram trabalhadores sem receber porque as dívidas com alimentação que são obrigadas a pagar superam o valor do salário. Há casos em que crianças são obrigadas a trabalhar. Foram encontrados índios trabalhando no corte de cana sem as mínimas condições. O relatório apontou a necessidade de intensificar na Procuradoria Geral da República a denúncia contra a Funai "para verificar sua omissão nos casos de péssimas condições de trabalho dos índios". A subcomissão pretende que a fundação cumpra a legislação, protegendo os direitos dos índios, que seriam revertidos em benefícios sociais para as aldeias. O documento será votado dia 25 pela comissão, mas sua aprovação é